

JUDICIÁRIO

Orçamento Secreto barrado

Ministro do STF Flávio Dino suspendeu trecho de proposta do Congresso que “ressuscita” emendas canceladas desde 2019. Magistrado atendeu a um pedido de parlamentares do PSol e da Rede

» RAPHAEL PATI

Antonio Augusto / STF



Decisão do magistrado impede a entrada em vigor do texto, aprovado pelo Congresso, que aguarda a sanção ou veto de Lula

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino suspendeu, ontem, os efeitos do trecho incluído no Projeto de Lei Complementar que retomaria o pagamento de emendas parlamentares não pagas pelo governo federal entre 2019 e 2023. O texto integral foi aprovado pelo Congresso na semana passada, mas ainda havia sido sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A medida é considerada um “jabuti” — pauta incluída em uma proposta que trata sobre um tema diferente do abordado pelo texto — que tem o objetivo de ressuscitar o chamado “Orçamento Secreto”, que corresponde às emendas do Congresso que eram destinadas sem transparência ao público. De acordo com os deputados, em todo esse período, o montante necessário para pagar as emendas é de R\$ 1,9 bilhão, sendo R\$ 1 bilhão oriundos apenas das chamadas emendas de relator. Ao todo, a estimativa de impacto para os cofres do Executivo é de cerca de R\$ 3 bilhões, sendo que os valores poderão ser quitados até o fim de 2026.

Na medida cautelar publicada ontem, Dino destaca que o projeto constitui uma “violação direta da legislação orçamentária e do princípio da anualidade, uma vez que o cancelamento de restos a pagar encerra definitivamente a prorrogação temporal da dotação orçamentária”. O magistrado verificou indícios de que o projeto promoveria uma “violação ao devido processo constitucional orçamentário” e à responsabilidade fiscal.

“Com efeito, cuida-se de ressuscitar modalidade de emenda cuja

própria existência foi reputada inconstitucional”, avaliou Dino. Em 19 de dezembro de 2022, o Supremo se colocou contra o Orçamento Secreto, em em uma votação apertada, que terminou em seis a cinco. A relatora foi a ministra aposentada Rosa Weber.

O mandado de segurança acolhido por Dino foi assinado pelos deputados Heloísa Helena (Rede-RJ), Túlio Gadêlha (Rede-PE),

Fernanda Melchionna (PSol-RS) e Sâmia Bomfim (PSol-SP), além de toda a bancada da Rede. Na avaliação dos parlamentares, o projeto de lei constitui “violação direta da legislação orçamentária e do princípio da anualidade, uma vez que o cancelamento de restos a pagar encerra definitivamente a prorrogação temporal da dotação orçamentária”.

“O problema do Orçamento

Secreto nunca se limitou à ausência de identificação nominal, mas à falta de critérios objetivos, de proporcionalidade, de impessoalidade e de Justiça distributiva na alocação dos recursos. A mera indicação do autor não transforma uma distribuição arbitrária em política pública legítima. O que se exige, à luz da Constituição, é que a destinação do gasto seja fruto do debate orçamentário regular,

submetido a parâmetros republicanos e a controles democráticos efetivos”, destacaram os deputados na ação.

O prazo para que o presidente sancione ou veto o projeto vai até 12 de janeiro de 2026. Flávio Dino determinou que o governo federal preste informações sobre o caso em até 10 dias e solicitou que a liminar seja julgada pelo pleno da Suprema Corte.

JUSTIÇA

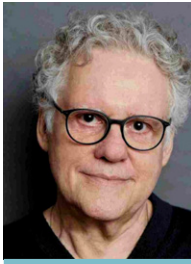
Foragido, Ramagem dará curso on-line

A advogada Rebeca Ramagem, mulher do ex-deputado federal cassado Alexandre Ramagem (PL-RJ), que está foragido, afirmou que tem recebido “milhares de mensagens” de pessoas interessadas em ajudar financeiramente sua família. Ela afirmou que o bloqueio das contas bancárias no Brasil impede qualquer forma direta de doação e anunciou que condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) vai dar um curso on-line.

Em nota publicada nas redes sociais, a advogada agradeceu a solidariedade, mas disse que, “em razão do bloqueio das nossas contas no Brasil, não temos, neste momento, meios diretos de receber contribuições”. Segundo ela, não existe atualmente nenhum canal formal para o envio de recursos. Ramagem foi condenado a 16 anos de prisão na ação penal que apurou a trama golpista e fugiu para os Estados Unidos em setembro.

Como alternativa, Rebeca informou que Ramagem está trabalhando na criação de um curso on-line, que será disponibilizado em plataformas digitais. A ideia, segundo a advogada, é que o material tenha “valor acessível” e funcione como uma forma de apoio por parte de simpatizantes.

“Temos recebido milhares de mensagens de pessoas manifestando o desejo de nos ajudar financeiramente, e somos profundamente gratos a cada uma delas. Que Deus recompense, em dobro, toda essa solidariedade e carinho que temos sentido diariamente”, escreveu Rebeca. (Agência Estado)



SERGIO ABRANCHES

O DESCOLAMENTO ENTRE O LEGISLATIVO E A SOCIEDADE FERE A DEMOCRACIA. GERA O DESCRÉDITO DA REPRESENTAÇÃO

Um mau ano político

O ano de 2025 marcou profunda cisão entre o Legislativo e a sociedade. O Congresso, que deveria representar a sociedade com sua natureza diversa, dedicou-se a expressar os interesses de facções minoritárias, muitas vezes envolvendo interesses anômalos que se contrapõem aos direitos de todos.

A representação de interesses lesivos à coletividade e contrária a direitos consagrados pela Constituição de 1988, levou à aprovação do marco temporal na demarcação de terras indígenas. Tentaram por projeto de lei, que foi glosado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por inconstitucional. Tentam, agora, por meio de uma PEC. Terá o mesmo destino. Como adiantou o ministro Flávio Dino, nem mesmo uma emenda à Constituição pode anular um direito nela inscrito como cláusula pétreia pelos constituintes.

Antes, o Congresso aprovou o parcial desmonte do arcabouço legal de proteção ambiental, medida lesiva ao patrimônio natural, ao interesse coletivo e a grupos vulneráveis que têm direito à proteção do Estado, como indígenas, ribeirinhos e quilombolas. O afrouxamento das regras de proteção às florestas e a seus povos faz perdedora a sociedade brasileira e fere gravemente os interesses dessas populações. Quem são os principais ganhadores? Os maus empresários que buscam lucro fácil explorando pessoas e depredando o ambiente coletivo, os que têm dupla inserção, no mercado legal e na ilegalidade, como garimpeiros, grileiros, caçadores, contrabandistas e atravessadores.

As principais beneficiárias são as bandas podres do agro, dos mercados do ouro, da madeira e da pesca, em associação com contrabandistas de ouro, de madeira, de espécies ameaçadas de extinção. O mais grave é que muitas dessas redes criminosas locais do garimpo, da pesca e da madeira ilegais estão sendo capturadas por facções globalizadas do crime organizado, e estão mais bem armadas. Aumenta a violência contra os locais e a quem ousa enfrentá-los.

O Congresso não ficou só nisso. A Câmara aprovou e o Senado ameaça aprovar o projeto de afrouxamento das penas para golpistas, o PL da Dosimetria. É uma forma disfarçada de atenuar a gravidade dos crimes de atentado contra o Estado Democrático de Direito e golpe de estado. Primeiro passo para a anistia.

Propõe fundir os dois tipos penais, mas um

crime não está contido no outro. É possível atacar o Estado Democrático de Direito sem executar um golpe de estado ou mesmo tentar o golpe. O ataque violento às instituições democráticas e aos direitos civis e políticos é um crime em si, independente da tomada do poder pela força. O golpe é um crime específico, embora seja um atentado violento contra o Estado Democrático de Direito, ele implica necessariamente tentar depor ou depor à força o presidente e o vice-presidente da República legitimamente eleitos.

Embora ambos tenham o Estado Democrático de Direito como alvo, envolvem condutas criminosas distintas. De um lado, a tentativa de anular ou então anular instituições como o voto, o Judiciário e outras instâncias institucionais de freios e contrapesos democráticos. De outro, conspirar para depor ou depor com violência governantes eleitos. No caso, inclusive, com plano de assassinar o presidente, o vice-presidente e ministros do STF.

A sociedade brasileira deixou evidente que repudia golpistas e governos com atitudes antissociais. Por isso, Bolsonaro perdeu a reeleição. A sociedade é a favor da punição dos golpistas, inclusive, do ex-presidente, seus generais, militares, policiais federais e assessores presidenciais. É contra a anistia e quer virar esta página triste da história contemporânea do país.

O projeto pode esbarrar novamente no STF porque está cheio de vícios legais. Deveria ter sido parado numa das comissões de Constituição e Justiça que, além de julgar a constitucionalidade das propostas tem como objeto avaliar a juridicidade e a boa técnica legislativa. A CCJ do Senado deveria tê-lo rejeitado por seus vícios. O PL é injurídico e de péssima técnica legislativa. É continuidade do projeto golpista.

O descolamento entre o Legislativo e a sociedade fere a democracia. Gera o descrédito da representação. A anomia legislativa não convive com a governabilidade democrática. A fricção interinstitucional acaba em conflito de jurisdições. A governabilidade se debilita a cada rodada um pouco mais. O país perde energia. Aumenta o desperdício de recursos públicos, piorando a capacidade redistributiva do Estado. A democracia claudica. É um jogo de perda coletiva e benefícios muito particulares.



De 20 de dezembro a 2 de janeiro, Vai de Graça também em outros dias da semana.

Luís Henrique
Morador do Gama



Além dos domingos e feriados, o Vai de Graça está valendo todos os dias, de 20 de dezembro a 2 de janeiro, das 18h às 23h. Mais motivos para você fazer suas compras e conhecer a decoração especial de Natal na Esplanada dos Ministérios. Este GDF vai lá e faz.



SAIBA MAIS